

ESPAÇO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: OS POTIGUARA NA PARAÍBA

José Manuel da Silva Simões¹

Não abunda o interesse historiográfico pelos Potiguara – cujos últimos assumidos remanescentes provavelmente de um território cultural antes bem mais vasto vivem atualmente nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, no litoral setentrional da Paraíba – nem sobre seus espaços, culturas e gentes. Não existindo mesmo qualquer história publicada, ainda que remota, sobre os Potiguara, uma revisão da literatura histórica disponível fica obrigada a tentar compulsar algumas esparsas referências aos nossos índios em histórias gerais da Paraíba, em monografias de temas e espaços locais, a que se somam, muito mais recentemente, algumas (poucas) dissertações acadêmicas em sede de mestrados e doutoramentos estudando problemas e períodos da história paraibana.

A fundação de uma historiografia da Paraíba data da última década do século XIX e deve-se ao infatigável trabalho dessa personagem fascinante que foi Irineo Joffily, responsável pela definição das fronteiras atuais do Estado, tendo percorrido a cavalo todos os seus lugares e marcos para escrever as suas *Notas sobre a Parahyba* (1892) e as importantes *Sinopses das sesmarias da Capitania da Parahyba* (1893), obras, porém, muito pouco interessadas pelos Potiguara². A seguir, Maximiano Lopes Machado, no Recife, reunia um conjunto bastante disperso e desigual de apontamentos que resultou na *História da Província da Parahyba*, concluída desde 1896, mas somente editada em 1912, livro que frequentemente é apresentado como a primeira história da região com pretensões científicas³. Trata-se, porém, de histórias perseguindo mais as curiosidades do que o rigor documental, mas enformando e agitando certo período cultural que, muito marcado por modas culturais e literárias nativistas e regionalistas, conduziria à fundação, em 1905, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, imediatamente promovendo amplos estudos das “raízes” da região com os estudos e pesquisas de Irineu Pinto, Manoel Tavares Cavalcanti, Castro Pinto e Coriolano de Medeiros que, fundadores da instituição, mal encontraram os Potiguara nesse esforço de recuperar um passado paraibano⁴. Fora do Instituto, o político, ensaísta, jornalista e senador que foi João de Lyra Tavares parece ter aproveitado com vantagens a sua estada na Paraíba, onde residiu de 1902 a 1914,

¹ Desde 2015 realiza estágio pós-doutoral junto à Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa. Doutor em Estudos Globais pela Universidade de São José, Macau, China. Diretor do Departamento de Comunicação e Mídia e Professor Assistente da mesma instituição. E-Mail: <jmsimoes@usj.edu.mo>.

² JOFFILY, José. *Entre a Monarquia e a República: idéias e lutas de Irineo Joffily*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1982.

³ MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Parahyba*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1977 (fac-símile da edição de 1912). GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Maximiano Lopes Machado: primeiro historiador da Paraíba*. João Pessoa: IHGP, 1999.

⁴ GUIMARÃES, Luiz Hugo. *História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1998.

publicando uns *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*, saídos dos prelos em 1909⁵.

É preciso, porém, dobrar a primeira metade do século XX para se encontrar nos títulos gerais de histórias da Paraíba alguma atenção pelos Potiguara e a sua movimentação histórica no processo longo e contraditório de formação da capitania e da instalação portuguesa na região, enfrentando primeiro a concorrência comercial e militar francesa, depois no século XVII a ocupação holandesa e sempre, até quase meados de seiscentos, a oposição muitas vezes feroz e brutal de vários grupos e milícias potiguaras. Esse tipo de evento encontra-se já estudado na volumosa *História da Paraíba*, escrita por Horácio de Almeida⁶, mas sem grande continuidade, descontados os muitos trabalhos gerais do médico e historiador amador Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila Lins, autor de umas *Páginas da História da Paraíba* e, mais recentemente, de *Uma apreciação crítica do período colonial na História da Paraíba*⁷.

Acompanhando diretamente a evolução política e social brasileira face ao problema índio desde a década de 1980, também os títulos historiográficos ganharam em especialização, revisitando novamente, como os cronistas e missionários quinhentistas e seiscentistas, as gentes e espaços Potiguara. Um interesse que se consolida cientificamente com o conjunto muito amplo de estudos de Franz Moonen, primeiro com a sua *História da conquista do território Potiguara: 1500 a 1985*, e depois com a publicação, conjuntamente com Luciano Maia Mariz, dessa ainda hoje referencial *Etnohistória dos Índios Potiguara: ensaios, relatórios e documentos*, editada em 1992⁸. A partir dali começaram a acumular-se alguns estudos históricos acadêmicos que, a par com vários títulos de Antropologia e outras Ciências Sociais que se visitam na segunda parte deste estudo, permitem alargar a nossa compreensão do passado Potiguara. Encontra-se nesta situação a tese de doutoramento de Regina Célia Gonçalves sobre as *Guerras e Açúcares: Política e Economia na Capitania da Paraíba (1585-1630)*, tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo em 2004⁹, depois originando a publicação de um qualificado artigo sobre *O Capitão-Mor e o Senhor de Engenho: os conflitos entre um burocrata do rei e um 'nobre da terra' na Capitania Real da Paraíba (Século XVII)*¹⁰. Mais indiretamente, estudando sobretudo história do urbanismo e da arquitetura daquela que é hoje a cidade de João Pessoa, vetusta capital do Estado,

⁵ TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982-1989. 2v.

⁶ ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

⁷ LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila. *Páginas da História da Paraíba*. João Pessoa: s/ed., 1999.
LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila. *Uma apreciação crítica do período colonial na 'História da Paraíba: Lutas e Resistência'*. João Pessoa: Filipéia, 2006.

⁸ MOONEN, Franz. "História da conquista do território Potiguara: 1500 a 1985". *Cadernos Paraibanos de Antropologia*. João Pessoa, n. 2, 1986, p. 83-101; MOONEN, Franz & MARIZ, Luciano Maia. *Etnohistória dos Índios Potiguara: ensaios, relatórios e documentos*. João Pessoa: PR/PB; SEC/PB, 1992.

⁹ Publicada em 2007 pela EDUSC. Ver: GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba – 1585-1630*. Bauru: EDUSC, 2007.

¹⁰ GONÇALVES, Regina Célia. "O capitão-mor e o senhor de engenho: os conflitos entre um burocrata do rei e um 'nobre da terra' na Capitania Real da Paraíba (século XVII)". *Actas do Congresso Internacional "Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades"*. Lisboa: FCSH/UNL, 2005.

ainda tem interesse compulsar a dissertação de doutoramento defendida na Universidade do Porto, em 2005, por Maria Berthilde de Barros Lima e Mora Filho com o título *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil (séculos XVI-XVIII)*¹¹.

Neste panorama, afinal, tão limitado como quase lateral a uma história dos Potiguara ainda compensa a leitura da dissertação de mestrado em Arquitetura defendida na Universidade Federal da Baía por Juliano Loureiro de Carvalho sobre *Formação Territorial da Zona da Mata da Capitania da Paraíba, 1745-1806*, investigação de onde sairia um bem conseguido artigo de título ambicioso, *Do Império Marítimo ao Proveito da Terra, uma cultura em mutação (Capitania da Paraíba, 1574-1654)*, estudo especialmente competente na sua produção de uma cuidada cartografia histórica do processo de implantação da colonização portuguesa na região paraibana que não deixaremos de referenciar e utilizar¹². Começemos o nosso inquérito histórico sobre os Potiguara precisamente aqui onde os trabalhos de Juliano de Carvalho nos deixaram: revisitando o espaço, do espaço ecológico à domesticação e formação na longa duração de um espaço histórico, assim cruzando tempo histórico e espaço cultural.

Do Espaço Geral

Na Paraíba, os Potiguara reuniam em 2004 uma população estimada em 10.837 habitantes (FUNASA), distribuída por 32 aldeias nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto e nas pequenas áreas urbanizadas de Baía da Traição (1.058 pessoas) e de Marcação (648)¹³. As aldeias constituíam três Terras Indígenas (TI) contíguas: Potiguara, Jacaré de São Domingos e Potiguara Monte-Mor. Em 2005, iniciou-se o processo de identificação de uma outra terra denominada Mundo Novo/Viração. Divididos por essas 32 aldeias, esta dezena de milhar de índios comparece reunida em torno da insistente ideia memorial comum de que mantêm ainda traços étnicos, vestígios socioculturais muitos e práticas simbólicas várias com características que remontariam a muitos séculos antes da chegada dos primeiros colonizadores. Quanto ao espaço, é puro engano. O processo pouco conhecido de pré-formação dos três municípios em que os Potiguara se localizam – Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto – remonta historicamente para esse outro processo ainda menos visitado da demorada estruturação dos aldeamentos missionários de São Miguel, de Baía da Traição e Monte-Mor. Este último resultara já da transferência das populações do aldeamento de Mamanguape para as aldeias de Baía da Traição e da Preguiça que eram assistidos por missionários carmelitas reformados. E, como veremos, estes processos de asilo assentavam ainda anteriormente na complicada conquista portuguesa da Paraíba entre finais de Quinhentos e as primeiras décadas do século

¹¹ MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil (séculos XVI-XVIII)*. Tese (Doutorado em História de Arte). Universidade do Porto. Porto, 2005.

¹² CARVALHO, Juliano Loureiro de. “Do império marítimo ao proveito da terra, uma cultura em mutação (Capitania da Paraíba, 1574-1654)”. *Cadernos PPGAU/UFBA*, vol. 7, n. 1, 2009, p. 13-30.

¹³ VIEIRA, José Gebson. *Potiguara*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/potiguara>>.

XVII e na sua colonização econômica em torno, sobretudo, da cana-de-açúcar¹⁴. Até os muito capitalistas holandeses da Companhia das Índias Ocidentais haveriam de dominar parte do território da capitania da Paraíba no período seiscentista perseguindo os lucrativos tratos do açúcar que se vendia a bons preços nos mercados europeus¹⁵.

A arqueologia confirma um processo recente de formação histórica dos espaços atualmente reivindicados como originais e tradicionais pelos Potiguara. No final de 2009, dois arqueólogos – Vanderley de Brito e Thomas Bruno Oliveira – da Sociedade Paraibana de Arqueologia realizaram o levantamento arqueológico das aldeias Potiguara acompanhados pelo Cacique Antonio Ferreira da Silva (Marcelino), da aldeia de Acaitibiró, e pelo Chefe de Posto da FUNAI, Josafá Padilha Freire. Estudadas as 32 aldeias existentes e visitadas cachoeiras, lagoas, nascentes, grutas, antigos cemitérios, ruínas e também toda a costa litoral desde a foz do rio Mamanguape até à desembocadura do rio Camaratuba, assim como também por mar, através de navegação de cabotagem, apenas foram detectados dois sítios com interesse arqueológico nas aldeias de São Francisco e Acaitibiró, onde se encontraram restos ósseos humanos e fragmentos de cerâmica decorada, vestígios poucos e relativamente recentes, provavelmente dos inícios do século XIX¹⁶.

Os estudos linguísticos disponíveis sobre os Potiguara também não destacam a memória rigorosa de um espaço cultural arcano e pré-colonial. A fonte ainda hoje fundamental para o estudo e classificação da ‘língua Potiguara’ continua a ser o relatório escrito por Robert E. Meader com base nos dados colhidos em 1961 por Wilbur Pickering, Menno Kroeker e Paul Wagner durante o extensivo levantamento da situação linguística dos índios do Nordeste promovido pelo Summer Institute of Linguistics com a cooperação do Museu Nacional, do Conselho Nacional de Proteção aos Índios e do Serviço de Proteção aos Índios¹⁷. A entrada Potiguara no volumoso relatório Meader merece transcrição e atenção completas:

O que resta da tribo Potiguara está disperso ao longo da costa do Estado da Paraíba. A maior concentração de população indígena reside na cidade de Baía da Traição e próximo a ela. Baía fica a 7 léguas da cidade de Rio Tinto e pode ser alcançada por ônibus semanal ou por jipe. O Posto do SPI, Nísia Brasileira, serve a todos os remanescentes da tribo localizada ao longo da costa, mantendo 10 escolas e

¹⁴ Trata-se, naturalmente, de um processo geral na primeira colonização política, econômica e social do Brasil que se encontra nessa brilhante síntese coletiva da história econômica do Brasil colonial em que se oferece para o período entre 1580 e 1750 o texto extremamente competente de Stuart B. Schwartz. Ver: SCHWARTZ, Stuart B. “Plantations and peripheries, c. 1580 - c. 1750”. In: BETHELL, Leslie (org.). *Colonial Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 67-144.

¹⁵ A história da presença e ocupação holandesas de partes do Brasil colonial remete ainda para o estudo fundamental de Charles Boxer. Ver: BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

¹⁶ Cf. *Boletim Informativo da Sociedade Paraibana de Arqueologia*, ano IV, n. 41, nov. 2009, p. 2.

¹⁷ MEADER, Robert E. *Índios do Nordeste: levantamento sobre os remanescentes tribais do Nordeste brasileiro*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística, 1971, p. 2.

*orgulhando-se de ser o posto mais adiantado e beneficente do Nordeste. Tem um lote para pesquisas agrícolas, o que pode constituir para os índios auxílio de muito valor. O Sr. José Gabínio de Farias, o encarregado, muito colaborou em estabelecer contato com índios capazes de fornecer algumas informações sobre a língua. Em São Francisco, a aldeia mais isolada, o chefe, já idoso, foi capaz de lembrar 17 palavras, que constam da Seção 3. O contato dos índios com os brasileiros monta a mais de 450 anos, sendo que os únicos membros do grupo que ainda falavam a língua – duas mulheres – morreram já há algum tempo. O chefe dos índios nos informou que persiste um costume tribal: um homem que não está satisfeito com a sua sorte, pode mudá-la para melhor, passando uma noite na floresta. Não foram obtidos detalhes deste costume.*¹⁸

Mais adiante, o pormenorizado relatório apresenta a recolha de léxico Potiguara recenseado pelo investigador Paul Wagner junto do cacique local de São Francisco. As dezessete palavras remetem para um fundo linguístico desconhecido, sublinhando apenas três palavras de origem tupi, mas também incorporações do português (como marisco para ostra...), não comparando comprometidas nem com qualquer especialização cultural étnica nem, muito menos, com qualquer modalidade original e absolutamente distinta de ocupação cultural do território: “*casa=oka; mandioca, comida feita da mandioca e farinha de mandioca=pathise; mandioca mole=pisikha; mandioca numa bola para guardar=karime; manipueira da mandioca=kensike; animal=dzizuasú; arma de pesca=lendwa e phusa; perdiz=nambu; bicho=mamandwa; bicho da lama=lochoru; cama de pau=katatau; camarão=arathaya; caracol=masuñi; comida do mato=pokume; frutinha =krarwata; ostra=mariskho*”.

Esse pequeno repertório não se afigura permitir quaisquer análises culturais significativas, até porque a única palavra que remete para um vocabulário singular é ‘oka’ de comprovada matriz tupi-guarani. Não se deixa de reparar, porém, no peso do vocabulário para a mandioca sugerindo uma demorada fixação agrícola já em sede colonial das populações Potiguara, complementando sua economia definitivamente rural com a pesca do camarão e da ostra. Muito pouco, de qualquer forma, para autorizar pelo lado da linguística qualquer prova de relação entre os Potiguara e a invenção da ancestralidade dos territórios em que hoje se movimentam.

Passando para as lições mais gerais da geografia física e humana, todas as 32 aldeias Potiguara, com exceção da Vila de São Miguel, estão localizadas atualmente próximas a cursos de água: rios, riachos ou córregos¹⁹. Tirando algumas limitadas práticas piscatórias ribeirinhas, as terras dos espaços que se querem Potiguara tornaram-se sobretudo agrícolas, distinguindo funcionalmente o ‘tabuleiro’ ou ‘arisco’

¹⁸ MEADER, *Índios do Nordeste...*, p. 11.

¹⁹ Seguimos e completamos os dados de VIEIRA, *Potiguara...*

e o 'paul'. Assim, os moradores das aldeias habituaram-se especialmente a trabalhar os terrenos mais elevados ou 'tabuleiros' que, pedregosos em geral, são suportados por uma forte vegetação rasteira ("ariscos"). Aqui, as atividades de cultivo da terra são iniciadas com a chamada "coivara": depois de queimados os pequenos troncos e caules de "ariscos" planta-se, entre os meses de dezembro e janeiro, a mandioca, o principal produto alimentar da região, a que se junta feijão e milho.

Na parte ocidental da terra Potiguara, os "ariscos" tornam-se argilosos para formarem o chamado massapê, que foi sistematicamente mobilizado para suportar e desenvolver o cultivo da cana-de-açúcar, o outro produto agrícola importante na economia atual da região e elemento econômico fundamental na sua complexa colonização. Em contraste, nas várzeas e campinas ou nos terrenos baixos e planos – o "paúl" –, acompanhando rios e córregos, a vegetação torna-se bastante fértil e beneficia de permanente umidade. Na estação chuvosa que se estrutura entre dezembro e abril, as várzeas ficam de tal forma irrigadas que autorizaram a especialização do cultivo das hortaliças (alface, repolho e coentro) e algumas fruteiras (bananeiras e coqueiros), assim misturando produções endógenas locais com produtos de dispersão e investimento coloniais.

Os espaços Potiguara de hoje, com esse sistema de organização agrícola quase binário, são tudo menos naturais. Trata-se, antes, de um espaço em recorrentes transformações históricas, demográficas, econômicas e sociais, que desafia qualquer ideia de um espaço 'natural', 'original' ou 'essencial' desse grupo indígena. Com efeito, tão próximo como há duas décadas, a reserva indígena era constituída por 57.600 hectares, encontrando-se atualmente reduzida a 21.238 ha²⁰. A reserva contraiu-se, assim, para um território extremamente limitado, pressionada desde logo por vários interesses econômicos e pela própria mobilização laboral que investimentos econômicos modernos solicitaram entre os Potiguara. Djalma, cacique da aldeia de São Francisco, explica a propósito que

[...] a terra que foi tirada aos índios está agora nas mãos dos posseiros que já estavam na reserva antes dela ser delimitada. O Exército fez a demarcação em 1983 e 1984, e os posseiros que se encontravam na boca do Rio Camaratuba e na Água Vermelha ficaram nessa divisão das terras demarcadas por um pé de macaranduba²¹ existente na Barra de Camaratuba. Inclusive, temos lá quatro ocas onde vendemos o nosso artesanato e cobramos um ingresso de dois reais a todos os não índios que querem entrar e conhecer a nossa reserva.²²

²⁰ Segundo dados fornecidos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ao cacique Djalma da aldeia de São Francisco.

²¹ Árvore de fruto cuja madeira é muito apreciada na construção de ocas indígenas.

²² Entrevista concedida pelo cacique da aldeia indígena de São Francisco, Djalma da Silva, em 20 de novembro de 2007. Dez famílias de São Francisco construíram, nas margens do Rio Camaratuba, quatro ocas onde fazem artesanato que vendem aos turistas, de quem exigem o pagamento de um ingresso para entrar na reserva.

Trata-se, portanto, de um espaço também em transformações políticas. Na verdade, o próprio processo fundamental de demarcação da reserva Potiguara em meados dos anos de 1980 remete para um contexto complexo mais geral que, cruzando o político e o acadêmico, o econômico e o cultural, foi progressivamente mobilizando a opinião pública nacional e mesmo internacional, assim avisando os poderes centrais para a necessidade de, pelo menos, acomodar em tese de respeito dos direitos humanos e das minorias as diferentes comunidades indígenas brasileiras, incluindo os Potiguara. Um processo que, como sempre, procurou envasamento acadêmico, pelo que, desde 1975

*[...] o Governo militar brasileiro permitiu que alguns antropólogos elaborassem e dirigissem projetos de assistência à população indígena para promover a demarcação das suas terras, antes que surgissem litígios sobre elas e antes que as riquezas minerais nelas contidas fossem tomadas de assalto [...]. Pouco tempo depois, porém, todos os estudos teriam sido suspensos sem qualquer tipo de alegação [...]. Esta situação teria sido mantida até os anos de 1980, quando começaram a aparecer campanhas em defesa do povo indígena brasileiro, tanto no plano nacional quanto no internacional [...] e a ONU e a OEA foram acionadas para exercer pressão sobre o Governo brasileiro no sentido de demarcar as terras indígenas.*²³

Foi só em 1988, com a promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil que, em seu Artigo 231, se reconheceu formalmente aos índios tanto o direito à diferenciação cultural quanto aos direitos originários sobre as terras que ocupavam, e se inaugurou uma nova fase na chamada política indigenista brasileira, passando então as terras reclamadas pelas comunidades indígenas a ser demarcadas através de um processo que importaria estudar mais profundamente em todas as suas diferentes vertentes.

O espaço dos Potiguara é, hoje como ontem, o resultado de um processo de longa duração, negociações muitas e bem conseguidos asilos. Na verdade, também a demarcação de sua reserva remete mais para um processo e não para um sistema de direitos, ainda menos para qualquer formalização jurídica de direitos consuetudinários. As terras Potiguara encontravam-se, em meados da década de 1980 – como, aliás, durante séculos de colonização também econômica – já pressionadas por um processo de constrangimentos demográficos e econômicos, gerando invasões e migrações populacionais que não foram controladas pelo Governo. Descobre-se desde finais do século XVI, um processo demo-econômico sistematicamente marcado pela expansão da exploração e produção da cana-de-

²³ RAMOS, Alcida Rita. “O antropólogo como ator político”. In: ARANTES, Antônio A. *et al. Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p. 158.

açúcar, alastrando progressivamente pelas terras de grande parte dos espaços e aldeias Potiguara. Esta invasão destruiu as matas e, internamente, provocou tanto desagregação e revoltas sociais quanto proletarização²⁴. A comunidade passou a viver e a integrar esses ritmos de pressões externas que, depois adotadas, adaptadas e mobilizadas em divisão social do trabalho e emprego, explicam fenômenos tão simples mas culturalmente densos como a completa integração do açúcar na dieta, na culinária e na doçaria festiva dos Potiguara. Mesmo quando essa doçaria é apresentada como genuinamente tradicional.

O espaço é sempre transformação, pelo que a história dos contatos sociais, econômicos e culturais dos Potiguara dinamizaram as suas estruturas culturais e redefiniram estrategicamente os usos de sua identidade. Lidas exageradamente como genocídio ou extinção culturais, essas transformações de longa duração foram eficazmente integradas pelos Potiguara numa narrativa do fatalismo indigenista para sublinhar uma solução política, equilibrando sua própria memória de sua sociedade ancestral e o convívio com a sociedade moderna a que, a rigor, também pertencem como todas as culturas que no Brasil continuam hoje a ser comunitárias e a reivindicar-se como tradicionais.

Não se pode, portanto, analisar os espaços e a organização de reservas indígenas no Brasil apenas a partir de uma dicotomia militante centrada exclusivamente no conflito entre culturas ditas ‘tribais e comunitárias’ e as de caráter competitivo e de mercado, determinando a voracidade das sociedades modernas, concretizando depois um claro programa político reivindicativo:

*Devido a esse tipo de conflito comum vivido pelos povos nativos, eles resolveram organizar-se e criar uma espécie de ‘consenso’ reivindicatório elaborado pelas lideranças indígenas, juntamente com os seus órgãos representativos. Dentre as reivindicações destacam-se o reconhecimento do direito de viver e ocupar suas terras para transmitir suas culturas e seus genes às gerações futuras, ou, em outras palavras, o direito ao respeito de suas identidades étnicas e à autodeterminação.*²⁵

Se levássemos ao extremo esse tipo de posições muito dominantes entre as militâncias indígenas e as muitas ONGs que orbitam em torno delas, haveríamos de ter um Brasil ou uma África – porque não todo o globo... – completamente insularizado, dividido em ínsulas de reivindicações étnicas aqui, de vetustas ancestralidades acolá. Transformações fundamentais como a construção do estado-

²⁴ Uma investigação geral mas competente sobre os processos de proletarização dos grupos indígenas do Nordeste, incluindo os Potiguara, encontra-se no estudo de Paulo Marco Amorim. Ver: AMORIM, Paulo Marco. “Acamponesamento e proletarização das populações indígenas do nordeste brasileiro”. *Boletim do Museu do Índio*, Antropologia 2, Rio de Janeiro, FUNAI, 1975.

²⁵ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 29.

nação ou o processo de industrialização desapareceriam do passado, mesmo quando convocaram também os espaços e as gentes indígenas.

A História, a Antropologia, a Comunicação e as rotinas sociais dos índios Potiguara de hoje não são apenas o resultado de um conflito permanente entre colonialismo/ modernidade versus resistência/ tradição. Pelo contrário, o conflito não é permanente, mas conjuntural e emergente, agindo mais por acidentes do que por tráficos. O conflito conjuntural cruza-se à negociação, à subjugação, ao asilo tanto como à adaptação e transformação culturais. Cura-se de um processo histórico, sobretudo cultural, de muito longa duração, remetendo para a produção de paisagens culturais modernas e urbanizadas, provavelmente o processo mais importante na construção das sociedades atuais nos últimos quinhentos anos. Esse processo domesticou o espaço, transformou-o, adaptou-o, mesmo quando nesse espaço continuam a movimentar-se memórias identitárias que sobrevivem pela capacidade de narrar o seu passado arcano e tradicional. Numa ideia simples, o espaço em que se movimentam e organizam os Potiguara hoje é um espaço histórico, não é um espaço ‘original’.

Do Espaço Histórico

A ‘terra Potiguara’ imaginada na memória coletiva e asilada na atual reserva é, nas suas estruturas formativas fundamentais, um legado colonial. A redefinição espacial e social, bem como as adaptações e transformações culturais das terras e gentes Potiguara remetem historicamente, a abrir, para o processo de criação, conquista e estruturação político-econômica da Capitania da Paraíba entre as décadas de 1570 e 1580. A organização da nova capitania procurava arrancar com a ocupação da costa ao norte de Pernambuco, ameaçada pela navegação e comércio franceses com o apoio de comunidades Potiguara, prefigurando um sistema de ocupação do território em que a criação de um núcleo urbano na foz do Paraíba se haveria de articular com aqueles que seriam compostos também por Natal (1599), São Luís (1614) e Belém (1616), concretizando a “urbanização sistemática na costa norte”²⁶. Um dos primeiros cronistas portugueses do Brasil, Gabriel Soares de Sousa, esclarece com pormenores essa articulada estratégia:

*Este rio da Paraíba é mui necessário fortificar-se, à uma para tirar esta ladroeira dos franceses dele, à outra para se povoar, pois é a terra capaz para isso, onde se podem fazer muitos engenhos de açúcar. É povoado este rio como convém, ficam seguros os engenhos da capitania de Tamaracá e alguns da de Pernambuco que não lavram com temor dos pitiguares e outros se tornam a reformar que eles queimavam e destruíram.*²⁷

²⁶ REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)*. 2. ed. São Paulo: Pini, 2000, p. 81.

²⁷ SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícias do Brasil*. Lisboa: Ed. Alfa, 1989, p. 16.

Tratava-se de estruturar sobretudo uma rede interconexa de portos, sustentando o transporte do açúcar com destino aos mercados mundiais, pelo que a criação de um espaço portuário na Paraíba se mostrava fundamental naquele primeiro processo de ocupação colonial do Norte do Brasil em que o território se pensava e ocupava a partir do navio e do trato comercial de lucrativas produções ou extrações locais. Por isso, nesse período inicial de formação das Capitânicas do Norte, predominava ainda a estrutura da feitoria que, insuficiente para dominar o território, cedia paulatinamente a um modelo de ocupação agromanufatureira do açúcar que muitos historiadores e antropólogos, na senda da célebre *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, continuam a ler apressada e simplisticamente a partir do modelo do sistema do engenho²⁸.

Esse modelo de ocupação produtiva rural, obrigando a casar porto e várzea, encontra-se claramente destacado naquela que continua a ser a mais importante fonte histórica para o estudo da criação da capitania e conquista da Paraíba: o manuscrito que um anônimo jesuíta intitulou *Summario das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba*, concluído em 1594²⁹. O texto desse jesuíta que acompanhou e testemunhou com finíssima capacidade de observação os confrontos entre as tropas portuguesas e os índios Potiguara afirma que o objetivo fundamental das guerras de conquista da região do rio Paraíba “o que pretendia era povoar; pois os fortes, e gentes, e tantos gastos só a esse fim tiravam”³⁰. O forte e as gentes trabalham, assim, para desenvolver esse objetivo central de ampliar os espaços para a produção açucareira, começando a especializar na região da Paraíba os ‘tabuleiros’ entre os rios e as terras de paul. As guerras de conquista procuraram, duplamente, afastar definitivamente a concorrência comercial marítima francesa, obrigando à criação do porto, e expandir a atividade açucareira, obrigando ao controle e transformação do território, sobretudo das áreas ricas de várzea.

Esse programa de domesticação econômica de um espaço cada vez mais entendido como capitania da Paraíba comparece claramente explicado pelo nosso anônimo jesuíta autor do *Sumário das Armadas*. A organização de seu texto desfibra um sistema de ocupação colonial territorial estendendo-se do porto à várzea. O *Sumário* começa com uma descrição geográfica, localizando o rio Paraíba através da latitude da sua foz, destacando que ele “é muito maior porto, e capaz de maiores embarcações que o de Pernambuco e Tamaracá”, mas aditando em seguida que a sua várzea podia reunir “mais de 40 engenhos de açúcar, por toda a terra ser singular para a cana”. Refere, então, rapidamente, “as outras várzeas que há entre Pernambuco e Paraíba”, que “não prometem menos proveito, antes muito grande”, o sertão, que é “muito estéril e de pouco mato”, os ‘índios’ com seus costumes e singularidades, “outro rio”, o Mamanguape, também de “muitas e boas várzeas”.

²⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

²⁹ *SUMMARIO das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Cristo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil*. Campina Grande: FURNE; Ed. Universitária/UFPB, 1983.

³⁰ *SUMMARIO...*, p. 59.

Apenas após essa demorada descrição aparece pela primeira vez a expressão “capitania de Paraíba”, a partir da qual se inicia a narração dos fatos militares que antecederam a sua conquista³¹.

A conquista da Paraíba foi um processo demorado e violento. As autoridades e colonos portugueses, apoiados em populações indígenas locais e em forçados imigrantes, organizaram cinco expedições militares de conquista entre 1574 e 1585. Ocupado o centro focal – o porto – que era a foz do rio que nomeou a capitania, sucedem-se os ataques às aldeias litorais dos Potiguara e aos seus aliados franceses, através da perseguição e destruição das suas embarcações. Na sexta e sétima expedições, entre 1585 e 1587, já havia acordo com outra etnia presente no local (os Tabajara), o que permitiu o início da cidade na primeira daquelas datas, junto ao forte do Varadouro, com o nome de Filipeia de Nossa Senhora das Neves (hoje, João Pessoa)³².

Só então é que se iniciaram as campanhas um pouco mais afastadas do litoral, na Serra da Copaoba, importante reduto dos Potiguara, enquanto continuavam as campanhas contra as aldeias litorais e as batalhas navais contra os barcos comerciais franceses (ver Fig. 2). Significativamente, esse processo de conquista, ocupação e primeira urbanização comparece explicado pelo anônimo autor do *Sumário das Armadas* a partir da decidida ação do ouvidor Martim Leitão em derrotar e subjugar os índios Potiguara da Serra da Copaoba. O rio passa a ser considerado em função da terra, o porto casa-se intimamente com a várzea, e a binária oposição das terras Potiguara entre ‘ariscos’ e ‘paul’ decorre desse modelo de ocupação colonial do território. É, assim, tudo menos original e natural.

Trata-se antes de um demorado processo histórico que transforma a terra e as gentes Potiguara. Assim acontece também nessas décadas finais do século XVI quando se acompanham os episódios do relato do *Sumário* do nosso anônimo informante jesuíta na conquista e ocupação da região do rio Mamanguape. Entre 1584 e 1587 foi preciso combater os Potiguara e as naus francesas repetidas vezes na Baía da Traição, mas o território entre o Mamanguape e o Paraíba é entendido como único e com funções econômicas precisas³³. Com efeito, quando ainda em 1625 novamente potiguaras e franceses obrigam a confrontos violentos naquela área, sua derrota não suscitou o levantamento de qualquer povoação ou forte na Baía da Traição ou na foz do rio Mamanguape, visto o controle daquela zona se poder fazer a partir da nova cidade de Filipeia e do rio Paraíba, destacando o novo núcleo urbano com o seu porto e as suas fortificações e baterias como sede e baluarte de um território econômico mais vasto, em que as populações indígenas passaram a ser integradas sobretudo por meio do trabalho e do aldeamento³⁴.

A conquista e posterior ocupação territorial da Capitania da Paraíba se assenta em dois pilares complementares fundamentais: a guerra contra os índios Potiguara, implicando a tomada de suas terras e a sua redução ao sistema de aldeamentos, e a

³¹ *SUMMARIO...*, p. 24-28.

³² MOURA FILHA, *De Filipéia à Paraíba...*, p. 7-9.

³³ *SUMMARIO...*, p. 46-97.

³⁴ PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*. João Pessoa: Universitária, 1977, p. 38-39.

distribuição da terra conquistada em sesmarias distribuídas entre soldados portugueses, mestiços e aliados locais. Apenas se preservaram 24 documentos de sesmarias para o período entre 1586 e 1624 (dezoito rurais e seis urbanos), mas que são suficientes para se perceber a ocupação das ricas terras Potiguara nos irrigados vales e várzeas do Paraíba e do Mamanguape, assim se ganhando espaços ruralizados para a expansão da produção açucareira, gerando essa especialização territorial e econômica, associando demoradamente engenhos, fortificações e aldeamentos indígenas que, nesse último caso, cumpriam não apenas funções de defesa (os índios já “pacificados” contra os “selvagens”), mas também constituíam espaço fundamental de recrutamento de mão-de-obra agrícola e artesanal³⁵. O acesso a esse mercado de trabalho era economicamente tão vital naquele período que multiplicaram os conflitos entre os colonos: os moradores e o governador da capitania tentavam utilizar os índios aldeados como mão-de-obra para o trabalho nos engenhos, nas obras civis ou como infantaria nas guerras de conquista, mas os missionários procuraram mantê-los longe dessa economia, protegendo-os em aldeamentos transmutados em missões.

Um desses muitos conflitos estourou em 1593, quando o governador Feliciano Coelho obrigou à deslocação do aldeamento jesuíta de Piragibe dos arredores de Filipeia para o outro lado do rio Paraíba, assim protegendo um novo engenho em implantação, gerando a viva oposição dos jesuítas que, depois de muitas querelas jurídicas, terminaram expulsos da Capitania³⁶.

Esse sistema de transferências e asilo das populações Potiguara enforma um sistema de longa duração. A transferência dos aldeamentos para pontos cada vez mais distantes da cidade organizou uma espécie de fronteira entre cidade e campo que se foi especializando social e economicamente a partir da expansão do núcleo urbano e do desenvolvimento das funções de produção rural que, no interior, também alimentava a cidade comercial. Com a sucessiva derrota e dissolução da resistência militar Potiguara, os seus aldeamentos foram sendo deslocados para cada vez mais longe até se transformarem em ‘pacíficos’ aldeamentos de produções rurais e artesanais cada vez mais dependentes da generosidade da procura da cidade.

Esse processo de ocupação e transformação socioeconômica da ‘terra’ Potiguara encontra-se plasmado panoramicamente no colorido mapa da capitania da Paraíba que o sargento-mor Diogo de Campos Moreno Fonte incluiu nos seus mapas da *Rezão do Estado do Brasil*, em obras concluídas entre 1609 e 1616³⁷, exagerando a estabilidade, harmonia e simetria do interior rural em contraste com a representação de um urbano fortificado e central.

³⁵ GONÇALVES, *Guerras e açúcares...*, p. 169-181.

³⁶ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 180-181.

³⁷ *RELAÇÃO das praças fortes e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil por Diogo de Campos Moreno. 1609*. FONTE, Diogo de Campos Moreno. *Rezão do Estado do Brasil*. Ed. fac-similada do Códice da Biblioteca Pública do Porto. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.

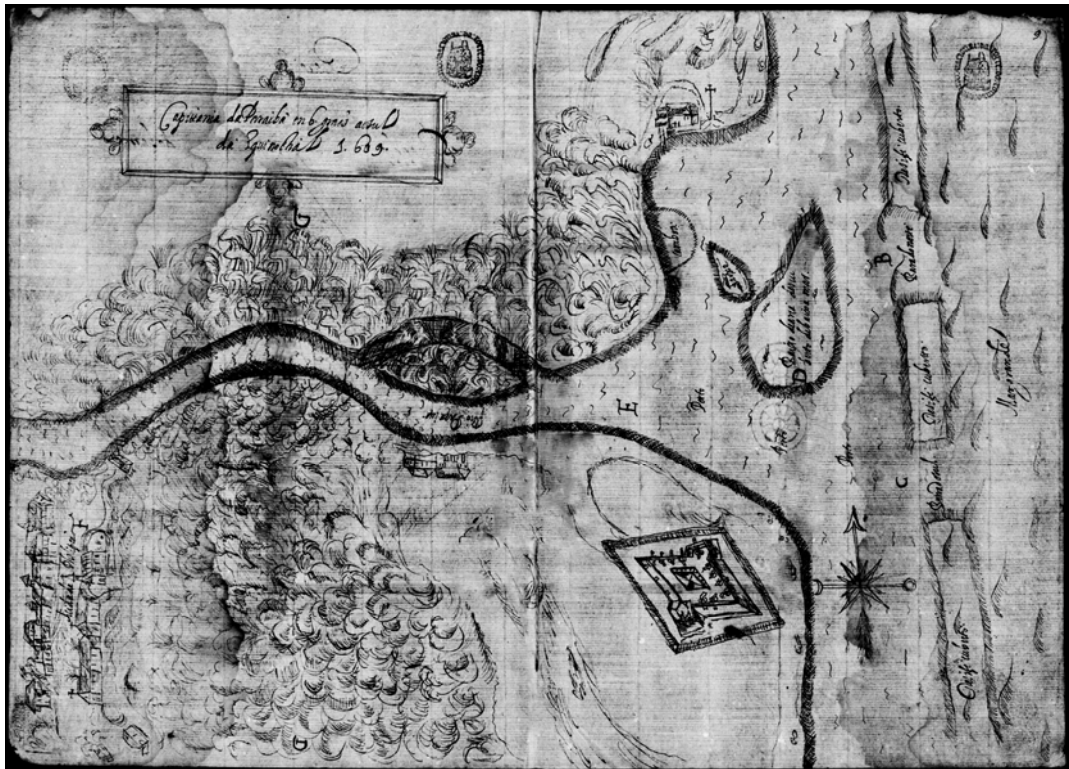


Fig. 1 – “Capitania da Paraíba em 6 graus a sul da Equinothial 1609”, ilustração em duplo fôlio, anexa à *Relação das Praças Fortes e coisas de importância que Sua Magestade tem na costa do Brasil*, por Diogo de Campos Moreno³⁸.

Note-se, no canto inferior esquerdo, a cidade de Filipeia, às margens do Rio Paraíba, cujo acesso era protegido pelo Forte de Cabedelo, junto à sua foz, a mais de 12 milhas da povoação.

Poder-se-ia pensar que este sistema de ocupação colonial desaparece da região da Paraíba com a ocupação holandesa, a partir de 1634. Puro engano: os muito capitalistas comerciantes calvinistas da Companhia das Índias Ocidentais assistem à fuga de alguns senhores de engenho com suas clientelas e escravos, mas rapidamente tentam fazê-los funcionar de novo, com novos donos, de forma que logo o número de engenhos ativos regressasse aos níveis anteriores à invasão. Em tudo o resto, seguem e aprofundam o modelo de ocupação e especialização do território saído das conquistas militares e da colonização territorial portuguesa.

A dicotomia concêntrica entre a cidade-porto e o campo-engenhos permanece e amplia-se para vincar essa distribuição binária de ecologias aproveitadas para a produção do açúcar e para as produções alimentares em torno da mandioca, do milho e do feijão. A única verdadeira diferença entre autoridades holandesas e portuguesas parece dar-se na ordem da observação. Os funcionários e mercadores da

³⁸ Arquivo Nacional/ Torre do Tombo (AN/TT), Lisboa. Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 68. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4242957>>.

holandesa Companhia das Índias Ocidentais – sociedade por ações obrigada a dar lucros... – foram meticolosos observadores e ainda mais bons produtores de cartografia, uma ciência naqueles meados do século XVII já definitivamente transferida da Península Ibérica para o norte da Europa. Passemos, por isso, às lições do espaço histórico nos mapas da ocupação e observação holandesa da capitania da Paraíba³⁹.

Um primeiro mapa holandês faz-se rapidamente, em 1634/1635, meses após a conquista da capitania. Filipeia passa, é certo, a chamar-se Frederickstad, mas o sistema de ocupação colonial do território mantém-se estável. Assim, o anônimo mapa centra-se na produção colonial da cidade portuária na foz do Paraíba, destacando a importância da ocupação e urbanização da restinga do estuário, bem como a edificação das duas fortalezas nos dois cabedelos da foz. O ‘campo’ desvenda-se cartograficamente ao longo do rio, sublinhando apenas um aldeamento e uma forte dispersão ocupacional, mas que havia já recebido uma abundante toponímia portuguesa. As principais estruturas dessa cartografia comunicam diretamente com um outro raro mapa holandês anônimo desse período, manuscrito realizado localmente entre 1635 e 1640, mas seguindo padrões cartográficos portugueses.

³⁹ Biblioteca Nacional de Madrid (BNM). *RELACIÓN de como ganaron los holandeses en el Brasil la Parayba y el fuerte de Nazareth*. 1634, Ms. 2.365 - fl. 9-12v.



Fig. 2 – “Afbeeldinghe van Pariba ende Forten” [Representação da Paraíba e seus fortes], de Claes Jansz Visscher, publicado por Nicolas Jansz Visscher, c. 1634-1635. Gravura a água-forte, 1 carta impressa em papel; 27,4 x 36,2 cm em folha de 28 x 36,6 cm⁴⁰.

Atualmente guardado na Biblioteca Nacional de Madrid⁴¹, o mapa manuscrito destaca a construção da cidade-sede colonial da capitania, as suas duas fortalezas, mostrando ainda um limitado ‘hinterland’ mas onde aparece a representação tópica de um engenho e de um aldeamento indígena⁴². Os dois mapas coincidem com as informações do relatório da Companhia das Índias Ocidentais organizado por Servaes Carpentier, em 1635, apresentando uma capitania “regada por dois belos rios, a saber: o Paraíba e o Mamanguape, além de muitos outros menores”, explicando ainda que os moradores “acham-se dispersos aqui e acolá, de modo que não há aldeias, a não ser que se dê tal nome a um engenho” e que “somente no rio da Paraíba, [...] há uma pequena cidade” e mais dezoito engenhos⁴³.

⁴⁰ Cópia digital da Biblioteca Nacional Digital, Lisboa. Disponível em: <<http://purl.pt/1551/2/index.html>>.

⁴¹ Biblioteca Nacional de Madrid (BNM). Capnia. de Parayba (16--). Ms. 7121 (H.4R).

⁴² De Laet, J. *História ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até o fim do anno de 1636*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1920, p. 216-217.

⁴³ CARPENTIER, Servaes. “Relatório sobre a Capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, Conselheiro Político e Diretor da mesma Capitania, 1635”. In: MELLO, José Antonio SÆCULUM – REVISTA DE HISTÓRIA [35]; João Pessoa, jul./dez. 2016. **115**

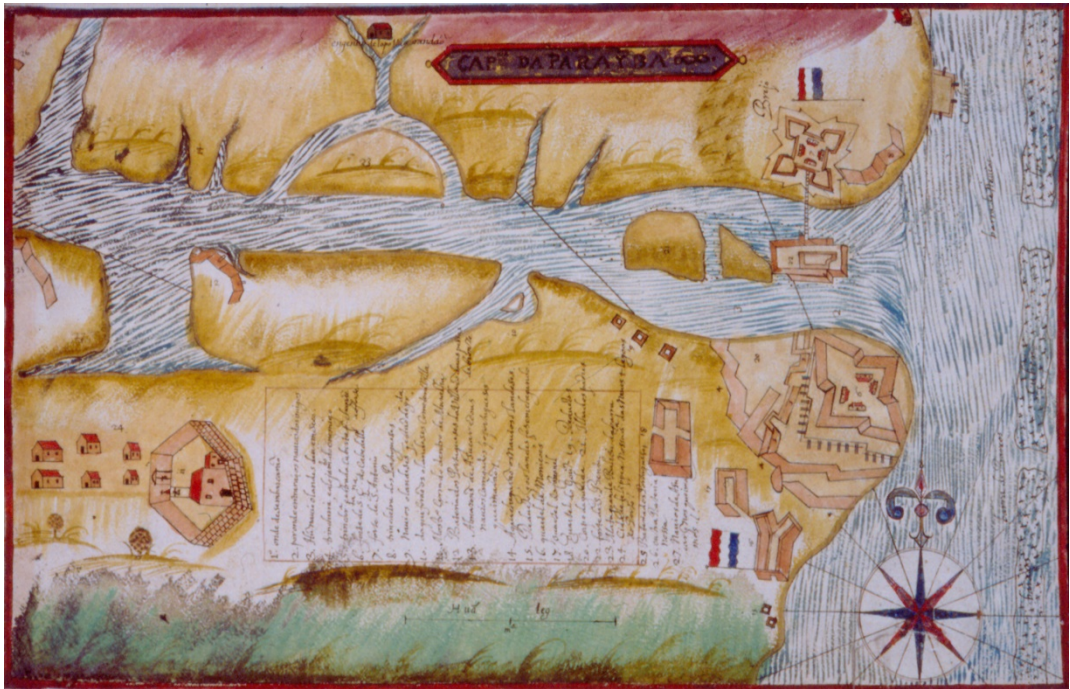


Fig. 3 – “Capnia. de Parayba”, c. 1634-1635, mapa manuscrito, aquarelado, anônimo, do *Atlas de las costas y de los puertos de las posesiones portuguesas en América y Africa* (século XVII), existente na Biblioteca Nacional de España, em Madri. Ilustração com 46,8 x 29,5 cm⁴⁴.

A cuidada arte da observação e de produção cartográfica holandesas do século XVII debuxaram para nossa felicidade um outro grande mapa da capitania da Paraíba, da consagrada autoria de Georg Marcgraf, intitulado em legenda latina ‘Praefecturae de Paraiba, et Rio Grande’. Concluído em 1643, mas a partir de dados e relatórios de 1641, o cuidadoso mapa aparece publicado na obra de Gaspar Barlaeus sobre o governo de Nassau no Brasil em 1647⁴⁵ e depois no atlas do mundo de Joan Blaeu, em 1655, exibindo grande rigor cartográfico⁴⁶, e tendo ainda a vantagem de poder ser cotejado com o relatório de Elias Herckmans, datado de 1639⁴⁷.

Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês: a administração da conquista*. Vol. 2. Recife: MinC, 1985, p. 42.

⁴⁴ Biblioteca Nacional de Madrid (BNM). Capnia. de Parayba (16--). MS. 7121 (H.4R).

⁴⁵ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Tradução e notas de Cláudio Brandão. Prefácio e notas de Mário G. Ferri. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1974 [1647].

⁴⁶ MARCGRAF, Georg. “Praefecturae de Paraiba et Rio Grande [1643]”. In: BLAEU, Joan. *Atlas Maior of 1665: Hispania Portugallia Africa & America*. Colônia: Taschen, 2006. CARVALHO, Juliano Loureiro. “O universo açucareiro do rio Paraíba na cartografia de Georg Marcgraf”. In: *Anais do XII Encontro Estadual de História*. Cajazeiras: UFCG/ANPUH-PB, 2006. CD-ROM.

⁴⁷ HERCKMANS, Elias. “Descrição geral da capitania da Paraíba, 1639”. In: MELLO, *Fontes para a História...*, p. 59-112.

Cruzando mapa e relatório destaca-se imediatamente a efetiva ocupação social e econômica ao longo dos baixos cursos dos principais rios da capitania e sua limitação a estas regiões. Como nesse caso os documentos mostram ocupação efetiva, enquanto os espaços entre os rios (tabuleiros), apesar de doados em sesmarias, permanecem sem pontos de ocupação permanente, como engenhos ou currais. Uma vez colocadas em mapa estas observações gerais, destaca-se já a densidade da ocupação do rio Paraíba pelos engenhos e a sua dependente articulação à cidade-porto e ao seu sistema de defesa. Quanto à produção de alimentos que justificaria a ocupação mais densa do interior, Herckmans explica que “a essas coisas miúdas não se presta muita atenção, tendo cada um os olhos fitos no açúcar, que é o que dá o máximo proveito”,⁴⁸ apesar de se descobrir no mapa de Marcgraf a ocupação em volta de todos os outros rios por currais, lavouras e serrarias, mas sendo raros e esparsos os engenhos.



Fig. 4 – “Praefecturae de Paraiba et Rio Grande”, mapa de Georg Marcgraf, com ilustração decorativa de Frans Janszoon Post, de 1647 (1ª publicação). Gravura a água-forte, aquarelada à mão, que ilustra o *Atlas Maior* de Joan Blaeu, de 1662. Gravura a água-forte, 1 carta impressa em papel; 53,7 x 62,7 cm⁴⁹.

⁴⁸ HERCKMANS, “Descrição geral...”, p. 93.

⁴⁹ Cópia digital da Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.cartografiahistorica.usp.br/mapas/MAPA_660/OID_95/OID95.jpg>.

Estudando e organizando a coleção de informações da pormenorizada representação cartográfica de Marcgraf descobre-se um sistema de ocupação colonial e de colonização econômica da região da Paraíba combinando quatro tipologias: (a) povoados dispersos junto à praia, mantendo algumas populações de pescadores em que se encontravam Potiguara; (b) ao longo do Rio Paraíba estrutura-se o sistema central de fortificações-cidade-engenhos; (c) nos outros rios começam a aparecer espaços agrícolas, de gado e de serrarias; (d) e aldeamentos dispersos, acantonando e pacificando as populações locais, sobrevivendo da produção rural para autoconsumo e para venda às propriedades dos colonos ou, por intermediação almocreve, na cidade ‘grande’.

O mapa de Georg Marcgraf oferece ainda outra vantagem documental: um belíssimo desenho colocado no seu topo que, concretizando essas habituais estratégias de ocultação dos desconhecidos interiores continentais, nos aproxima da etnografia histórica de um aldeamento indígena. Uma capela cristã arrematada em telha é prolongada por longas casas colmeadas, portas em fila e de construção de madeira. Do aldeamento sai uma extensa procissão de indígenas liderados por uma personagem com trajes nobiliários e militares europeus. Um porta-bandeira e mais dois soldados na retaguarda parecem também ser europeus, mas todo o cortejo militar é composto por indígenas arrebanhados para essas guerras de interesses econômicos mundiais entre portugueses e holandeses. Atrás, mulheres indígenas, algumas de seios nus, carregam mantimentos. Um pequeno grupo de mulheres e crianças ficou no aldeamento. A ilustração é magnífica, mas largamente tópica, ligando-se à sistemática representação do Brasil como uma sorte de paraíso idílico com que os comerciantes holandeses procuravam atrair mais investimentos e atenção para os tratos brasileiros⁵⁰. Destaca um tema por investigar: não sabemos ainda em rigor o impacto das guerras de conquista e dos afrontamentos entre portugueses e holandeses na transferência e deslocação de populações indígenas, recriando os seus espaços, *habitats* e formas tradicionais de trabalho e produção.

Dando um Arremate

Comparando os três mapas holandeses e os dois relatórios conhecidos dos responsáveis da Companhia na Paraíba continua a encontrar-se exatamente o modelo de ocupação colonial e de especialização econômica criado pela conquista portuguesa: a capitania continua a perceber-se como um conjunto de várzeas lineares ao qual se opõem as terras viáveis para mantimentos e, mais longe, o sertão; a centralidade regional permanece edificada em torno do estuário e foz do rio Paraíba, secundado pelo Mamanguape. Mapas e descrições holandeses concordam, afinal, com a representação do território apresentada pelo anônimo jesuíta autor do *Sumário das Armadas*, assim esclarecendo uma mesma forma europeia de ocupar

⁵⁰ Um estudo especialmente competente da cartografia e da pintura holandesas seiscentistas sobre o Brasil pode frequentar-se no estudo de Darlene Sadlier. Ver: SADLIER, Darlene J. *Brazil imagined: 1500 to the Present*. Austin: University of Texas Press, 2008, especialmente o capítulo intitulado “Paradise (Re)Gained: Dutch representations of Brazil and Nativist Imagery”, p. 63-105.

colonialmente e colonizar economicamente um território em função da sua lucrativa posição na economia mundial.

Na verdade, o sistema colonial na Paraíba polariza-se em torno da cidade com o seu porto principal e de uma zona produtiva que se insere no mercado internacional, ‘condenando’ o resto do território a sustentar uma produção subsidiária, vinculada à sua subsistência e manutenção dos engenhos e da cidade. Seja como for, essas polarizações estruturais são historicamente aquelas que presidiram à exata produção dos espaços que atualmente os Potiguara apresentam como seus, originais, antigos e tradicionais seguindo, afinal, um modelo colonial de ocupação de espaços e especialização das gentes do Brasil sintetizado com competência por Russell-Wood:

Os contactos indio-portugueses dividem-se essencialmente em três categorias: trabalho, atividade missionária e hostilidade [...] Na indústria das madeiras corantes – totalmente dependente do trabalho índio – o trabalho voluntário deu lugar à troca. À medida que os índios ficavam saturados de machados de metal, facas e artigos manufacturados, verificou-se uma transição da troca para a escravatura, diretamente ou através das guerras intermédias ou inter-tribais cujos prisioneiros eram entregues aos Portugueses. Esta transição foi exacerbada pelas exigências laborais da indústria do açúcar do Nordeste.⁵¹



⁵¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Fronteiras no Brasil colonial”. *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n. 40, 1999, p. 10.

RESUMO

Não abunda o interesse historiográfico pelos Potiguara, cujos últimos assomados remanescentes – provavelmente de um território cultural antes bem mais vasto – vivem atualmente nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, no litoral setentrional da Paraíba, nem sobre os seus espaços, culturas e gentes. É preciso dobrar a primeira metade do século XX para se encontrar nos títulos gerais de histórias da Paraíba alguma atenção por eles e sua movimentação histórica no processo longo e contraditório de formação da capitania e da instalação portuguesa na região, enfrentando primeiro a concorrência comercial e militar francesa, depois no século XVII a ocupação holandesa e sempre, até quase meados de seiscentos, a oposição muitas vezes feroz e brutal de vários grupos e milícias potiguaras. A arqueologia confirma um processo recente de formação histórica dos espaços atualmente reivindicados como originais e tradicionais pelo grupo indígena. Os estudos linguísticos disponíveis também não destacam a memória rigorosa de um espaço cultural arcano e pré-colonial. Os espaços Potiguara de hoje com este sistema de organização agrícola quase binário são tudo, menos naturais. Trata-se, antes, de um espaço em recorrentes transformações históricas, demográficas, econômicas e sociais, que desafia qualquer ideia de um espaço ‘natural’, ‘original’ ou ‘essencial’ para ou do grupo em questão. Estas polarizações estruturais são, historicamente, aquelas que presidiram a produção dos espaços que atualmente os Potiguara apresentam como seus, originais, antigos e tradicionais seguindo, afinal, um modelo colonial de ocupação de espaços e especialização das gentes do Brasil.

Palavras Chave: Índios Potiguara; Paraíba; História; Memória.

ABSTRACT

There is no historiographical interest in the Potiguara, whose last remaining ones – probably of a much larger cultural territory – currently live in the municipalities of Baía da Traição, Marcação and Rio Tinto, on the northern coast of Paraíba, or on their spaces, cultures and people. It is necessary to double the first half of the 20th century to find in the general titles of the Paraíba Historiography some attention for them and its historical movement in the long and contradictory process of formation of the captaincy and the Portuguese installation in the region, facing first commercial and military competition French, then in the 17th century the Dutch occupation and until almost 1650, the often fierce and brutal opposition of various groups and militias Potiguaras. Archeology confirms a recent process of historical formation of the spaces currently claimed as original and traditional by the indigenous group. The available linguistic studies also fail to highlight the rigorous memory of an arcane and pre-colonial cultural space. The Potiguara spaces of today with this system of almost binary agricultural organization are everything, less natural. Rather, it is a space in recurrent historical, demographic, economic, and social transformations that defies any idea of a ‘natural’, ‘original’ or ‘essential’ space for or of the group in question. These structural polarizations are, historically, those that presided over the production of the spaces that the Potiguara currently present as their own, original, ancient and traditional, following, after all, a colonial model of occupation of spaces and specialization of the people of Brazil.

Keywords: Potiguara Indians; Paraíba; History; Memory.

Artigo recebido em 15 out. 2016.

Aprovado em 07 nov. 2016.